

Paper do NAEA  
Volume 1, Número 3, Edição/Série 508

## Territorialidades na turistificação e patrimonialização do Círio de Nazaré em Belém-PA-Brasil

*Débora Rodrigues de Oliveira Serra<sup>1</sup>*  
*Elcivânia de Oliveira Barreto<sup>2</sup>*  
*Alessandra da Silva Lobato<sup>3</sup>*



### RESUMO

O presente artigo aborda os processos de turistificação e patrimonialização do Círio de Nazaré em Belém, festividade patrimonializada oficialmente desde 2004, que se tornou, no decorrer dos seus mais de 220 anos, um dos principais atrativos turísticos do estado do Pará. Buscou-se identificar, nos referidos processos, sua relação com a criação de territorialidades por seus agentes. Como procedimentos metodológicos, utilizou-se o levantamento bibliográfico acerca da festividade e suas transformações, bem como informações obtidas em matérias jornalísticas e observadas em campo nos anos de 2018 e 2019. A partir da análise de alguns espaços públicos apropriados pelos agentes envolvidos na festividade, identificou-se características e efeitos da territorialidade abordados por Sack (1986), os quais indicam que as estratégias voltadas ao controle de área, relacionadas à turistificação do Círio, têm contribuído para a manutenção de hegemonias. Os agentes não hegemônicos, por sua vez, encontram na patrimonialização uma possibilidade de se manterem em seus territórios.

**Palavras-chave:** Círio de Nazaré. Turistificação. Patrimonialização. Territorialidade.

---

1 Turismóloga, Mestre em Geografia e Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa de Geografia do Turismo da UFPA. Técnica da Secretaria de Estado de Turismo. E-mail: debserra1980@hotmail.com.

2 Turismóloga, Geógrafa, Mestre em Geografia e Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa de Geografia do Turismo. Professora da Secretaria de Educação do Estado do Pará. E-mail: vaniabarreto21@gmail.com.

3 Geógrafa, Mestre em Geografia e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa de Geografia do Turismo da UFPA. Professora da Secretaria de Educação do Estado do Pará. E-mail: alessandrageo19@yahoo.com.br.

## **ABSTRACT**

This article presents the touristification and patrimonialization processes of the Círio de Nazaré in Belém, an official patrimonialized festivity since 2004, which became, in the course of more than 220 years, one of the main tourist attractions of the state of Pará. We sought to identify, in these processes, its relationship with creation of territorialities by its agents. As methodological procedures was used the bibliographic survey about the festivity and its transformations as well as information obtained in journalistic articles and observed in the field research in the years of 2018 and 2019. From the analysis of some public spaces appropriated by the agents involved in festivity, were identified characteristics and effects of territoriality used by Sack (1986), which indicate that the strategies aimed at controlling the area and related to the touristification of the Círio have contributed to maintain hegemonies. The non-hegemonic agents, on the other hand, get in patrimonialization a possibility to maintain themselves in their territories.

**Key Words:** Círio de Nazaré. Touristification. Patrimonialization. Territoriality.

## INTRODUÇÃO

O Círio de Nazaré, festividade realizada na capital paraense desde 1793, adquiriu expressão nacional e internacional no decorrer dos seus mais de 220 anos, sendo considerada uma das maiores manifestações católicas do mundo. Sua expansão está relacionada à turistificação, ocorrida a partir de meados do século XX, que a tornou cada vez mais expressiva e contribuiu para a sua transformação em um complexo de eventos cujos elementos foram patrimonializados nos âmbitos nacional, em 2004; mundial, em 2013; e local, em 2015.

Os processos de turistificação e patrimonialização interferem no espaço produzido por essa festividade, inclusive no que se refere às estratégias de controle de área. Portanto, no presente artigo busca-se identificar os agentes hegemônicos desse processo e seus interesses, além de reconhecer territorialidades relacionadas ao atendimento desses interesses.

Para a concretização dos objetivos, utilizou-se como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico acerca da história da festividade e suas transformações, da turistificação e da patrimonialização, em conjunto com informações obtidas em matérias jornalísticas e verificadas em campo durante os Círios dos anos de 2018 e 2019. Para a identificação de territorialidades relativas ao Círio e à atuação dos agentes de turistificação, além de como a patrimonialização pode contribuir para mantê-las, foram elencados na análise os espaços públicos usados para a realização de procissões e outras programações da festividade.

Esse estudo está estruturado em três seções, abordando, respectivamente: as transformações do Círio de Nazaré; sua inserção nos processos de turistificação e patrimonialização; e as territorialidades utilizadas como estratégias para a manutenção de hegemonias.

## CÍRIO DE NAZARÉ EM BELÉM: CONFLITOS E TRANSFORMAÇÕES

A devoção à Nossa Senhora de Nazaré foi trazida por colonos portugueses ao Brasil, havendo relatos do final do século XVII, segundo Dubois (1953), sobre a realização de romarias e novenas em homenagem à santa no município de Vigia, no nordeste paraense, que influenciaram outros municípios, a exemplo de Belém, capital do estado.

Em Belém, a história da devoção está envolta em lendas sobre o achado da imagem da santa por um homem chamado Plácido de Souza nas margens de um igarapé, onde ela demonstrou que gostaria de permanecer. Ao ser retirada de lá, a imagem sempre retornava misteriosamente (IPHAN, 2006), de modo que aquele lugar passou a atrair cada vez mais fiéis e a despertar o interesse da Igreja e do Estado.

Em 1793, com o argumento de pagar uma promessa, o presidente da Província do Pará, Francisco de Souza Coutinho, realizou, com a autorização da Igreja, o primeiro Círio de Nazaré em Belém. A procissão partiu do Palácio do Governo para a ermida da santa em conjunto com uma feira de produtos regionais, para a qual, segundo IPHAN (2006), foram convocados habitantes do interior da Província.

A esse evento, que tem como ponto central a chamada procissão do Círio, foram incorporadas, no decorrer do século XIX, a Trasladação, o Recírio e a Procissão da Festa. Por sua vez, a feira de produtos regionais foi realizada até 1855, mantendo-se, porém, o arraial, de modo

que o Círio se tornou um conjunto de eventos, conforme Dubois (1953). Sua localização concentrava-se no atual bairro de Nazaré e nos bairros centrais da Campina e Cidade Velha.

A realização do Círio em 1793 revela o interesse do Estado e da Igreja pela apropriação de uma devoção de origem popular, o que, em mais de duzentos e vinte anos, ainda resulta em diversos conflitos devidos, em geral, à contradição entre as práticas do catolicismo romano e do catolicismo popular (PANTOJA, 2019).

Dentre os principais conflitos, destacam-se os que envolveram a realização de dois círios civis, no final da década de 1870, e a chamada “questão da corda”, na década de 1920. Os círios civis ocorreram quando, após uma denúncia de exposição de quadros de mulheres nuas no arraial, o então bispo, Dom Macedo Costa, suspendeu as funções religiosas do Círio e fechou as portas da ermida. Na época, a organização da festividade ficava a cargo da Irmandade de Nazaré, que estimulou o povo a invadir a ermida e a realizar os Círios de 1878 e 1879 sem a participação do clero. A “questão da corda”, por sua vez, deu-se entre os anos de 1926 e 1931, a partir da imposição do bispo Irineu Joffily, por meio de uma circular que eliminou diversos elementos que compunham a procissão principal, dentre eles a corda e a berlinda (MONTARROYOS, 1992).

A solução para esses dois conflitos teve a participação de representantes do Estado. No caso dos círios civis, com o apoio do presidente da Província, José Coelho da Gama e Abreu, foi criada uma comissão de confreiros e religiosos nomeados pelo bispo para substituir a Irmandade. Para a “questão da corda”, o intendente Magalhães Barata possibilitou o retorno do “Círio tradicional”, com a corda e a berlinda, introduzidos na procissão desde 1855 e que, no decorrer do tempo, passaram a se relacionar ao pagamento de promessas (IPHAN, 2006).

O Círio foi marcado por diversas mudanças no século XX, seja em relação a um maior controle da festividade pela Igreja, seja pelos esforços para transformá-la em um produto turístico, ocasionando sua expansão territorial com o aumento do número de procissões e eventos.

No que se refere ao aumento do controle da festividade pela Igreja, destacam-se a sua organização e o seu disciplinamento com a criação da Diretoria da Festa, em 1910, e da Guarda da Santa ou Guarda de Nazaré, em 1974, respectivamente. A Diretoria da Festa é a entidade organizadora da programação ligada à Igreja, sendo composta por membros do clero e leigos que “dado a sua formação católica cristã estão mais próximos ideologicamente dos sacerdotes do que da maior parte dos leigos comuns” (PANTOJA, 2006, p. 48). A Guarda de Nazaré, por sua vez, tem o objetivo de manter a ordem nas procissões e demais eventos (IPHAN, 2006). Tanto a Diretoria da Festa como a Guarda da Santa são compostas por voluntários do sexo masculino.

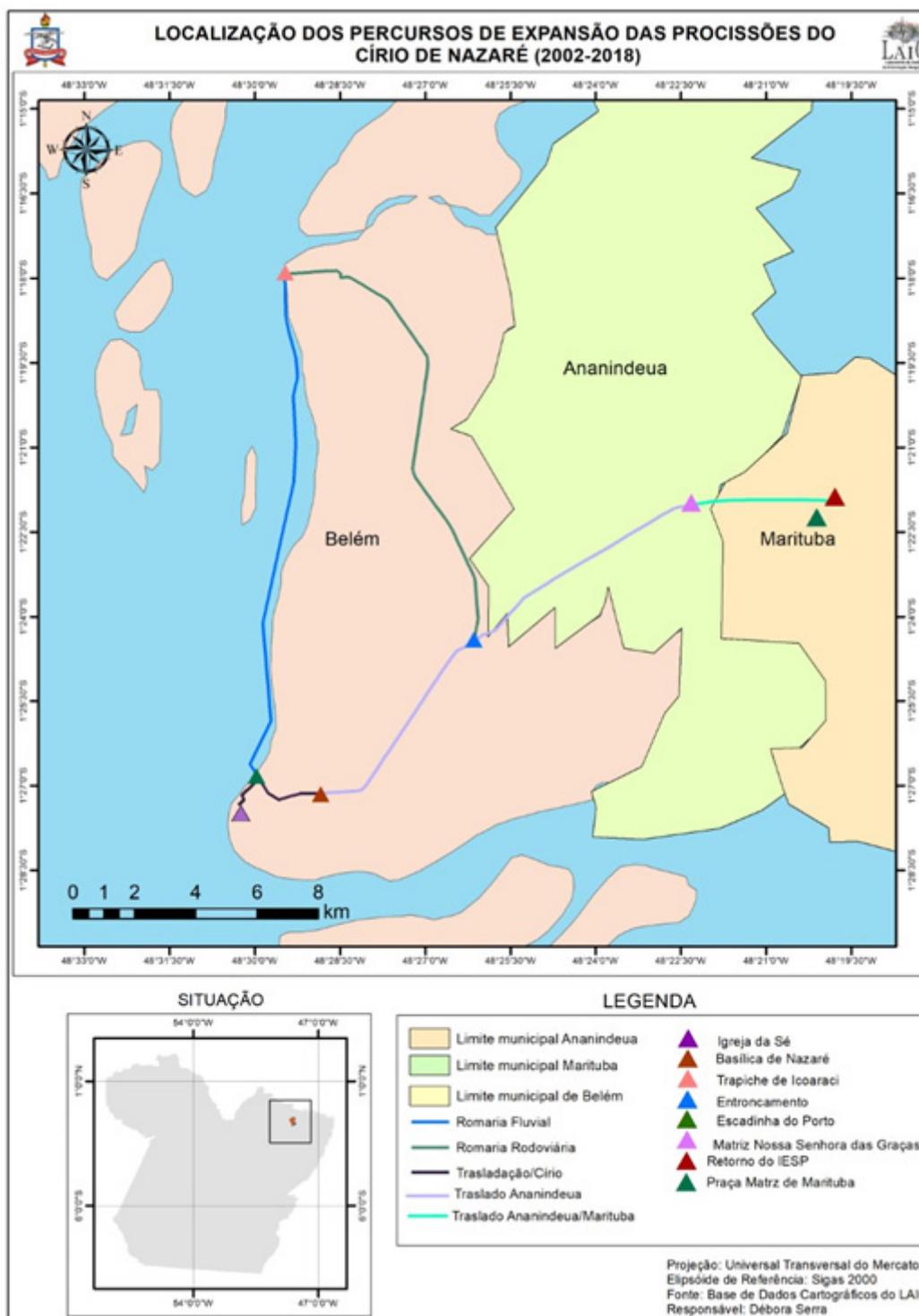
Ao lado da busca da Igreja pelo controle da festividade, ressaltam-se ações visando transformá-la em um produto turístico, tal como é apontado por Henrique (2016), ao constatar-se que, a partir de meados do século XX, órgãos governamentais, empresários e a própria Igreja passaram a espetacularizar o Círio de modo a torná-lo um produto a ser divulgado e vendido nos mercados emissores de turistas.

Na década de 1970, o governo estadual, por meio da Companhia Paraense de Turismo (Paratur), instalou arquibancadas na Avenida Presidente Vargas para possibilitar que moradores e turistas pudessem assistir à passagem da imagem (IPHAN, 2006), espetacularizando o evento. A prática continua ocorrendo, sendo atualmente administrada pela Diretora da Festa. Porém, a ação de maior destaque desse órgão se deu em 1986, com a criação de uma nova procissão: a Romaria Fluvial. Conforme Henrique (2016), embora usando o argumento de

que oportunizaria aos ribeirinhos uma aproximação da imagem da santa, a Romaria visava incrementar a atratividade turística do Círio.

A Figura 1 apresenta a expansão territorial das procissões do Círio por Belém e municípios vizinhos, realizadas no segundo final de semana de outubro, a partir do ano de 2002:

Figura 1- Localização dos percursos de expansão das procissões do Círio de Nazaré (2002-2018)



Fonte: Elaborado pela autora em 2018.

Com a criação da Romaria Fluvial, o Círio expandiu-se temporal e territorialmente, uma vez que ela se realiza um dia antes da procissão principal e seu trajeto extrapola os limites da sede de Belém, envolvendo um de seus distritos, chamado de Icoaraci. A procissão inicia-se no trapiche localizado na orla de Icoaraci e segue pelas águas até a Escadinha do Porto, no centro de Belém. Esse trajeto favoreceu a criação de outras romarias, como: a Romaria Rodoviária, em 1989, que conduz a imagem da Matriz de Nossa Senhora das Graças em Ananindeua para o trapiche de Icoaraci; a dos motociclistas, em 1990, levando a imagem da Escadinha até o Colégio Gentil Bittencourt, onde se inicia a Trasladação; e, finalmente, em 1992, o Traslado para o município de Ananindeua, que a partir de 2002 se estendeu até Marituba, ambos os municípios do espaço metropolitano de Belém (IPHAN, 2006).

Matos (2010) afirma que a década de 1980 caracterizou-se por alterações nas festividades populares para torná-las mais atrativas para turistas e investidores. No caso do Círio, ela observa, dentre outras, as transformações no arraial da festividade. Em 1982, foi transferido da praça em frente à Basílica, atualmente chamada Praça Santuário, para uma área lateral pertencente à Igreja. Em seu lugar, construiu-se o Centro Arquitetônico de Nazaré (CAN), com recursos da União, ampliando-se o controle da Igreja sobre o que se considerava a parte profana da festividade.

Enquanto ocorria a ampliação do controle sobre o arraial, que, segundo Alves (1980), já se dava de forma mais intensa desde a década de 1970 com a criação da Guarda da Santa, foram criados eventos considerados de caráter profano, por não serem organizados pela Igreja, dos quais se destacam: a Festa da Chiquita, o Auto e o Arrastão do Círio.

A Festa da Chiquita foi criada na década de 1970 e é realizada na Praça da República, logo após a passagem da imagem da santa na Trasladação. Marcada pela presença de homossexuais, ela é para Brito e Gomes (2016, p. 209) “ao mesmo tempo uma homenagem alternativa à santa e um protesto à marginalização que os membros dessa festa sofrem por serem conectados ao movimento LGBT”.

Espectáculo teatral em forma de cortejo, realizado no bairro da Cidade Velha desde 1993, o Auto do Círio é produzido e dirigido pela Escola de Teatro e Dança da Universidade Federal do Pará para homenagear o Círio em seus aspectos tidos como sagrados e profanos (SERRA, 2014).

Outro cortejo de destaque na programação cultural da festividade é o Arrastão do Círio, que tem se realizado desde o ano de 1999 pelo Instituto Arraial do Pavulagem no bairro da Campina. Inicia, conforme Serra (2014), com a chegada da Romaria Fluvial na Escadinha do Porto, à qual faz referência, simbolicamente, a canoa de miriti denominada “Rainha das Águas”.

O miriti é uma palmeira da qual os artesãos, sobretudo do município de Abaetetuba, utilizam o caule para confeccionarem objetos – os chamados “brinquedos de miriti” – que também se destacam entre as manifestações da cultura popular relativas ao Círio. Eles são comercializados durante as procissões e em feiras, realizadas pelos próprios artesãos e por entidades como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (SERRA, 2014).

No que se refere à gestão do Círio pela Diretoria da Festa, Pantoja (2006) identifica uma importante mudança que a tornou mais voltada ao mercado: a criação do projeto “Patrocinador Oficial do Círio de Nazaré”, substituindo a prática semelhante à “esmolação”, na qual os empresários doavam o valor que consideravam conveniente pela negociação, a partir de cotas preestabelecidas pela Igreja, com a contrapartida da associação das marcas dos patrocinadores à festividade.

A partir dessa nova forma de gestão, a expansão do Círio o tornou mais atrativo aos patrocinadores, de modo que se transformou em um complexo de eventos no decorrer dos anos, cuja agenda de atividades se concentra principalmente no segundo semestre, com as visitas da imagem peregrina, inclusive às empresas e demais entidades patrocinadoras.

No que se refere às procissões da festividade, até 2019 já haviam doze consideradas oficiais, por terem a presença da imagem peregrina da santa, sinalizando-se para a oficialização do Translado dos Carros, que passaria a ser a décima terceira no ano de 2020 (ROCHA, 2020).

Ademais, observa-se que a associação de interesses de agentes do poder público, da Igreja e de empresários tem intensificado o processo de turistificação dessa festividade, o que se complementa com a sua patrimonialização em âmbito nacional, mundial e municipal, conforme será evidenciado a seguir.

## **A TURISTIFICAÇÃO E A PATRIMONIALIZAÇÃO DO CÍRIO DE NAZARÉ**

Diversos estudos apontam a relação entre patrimônio e turismo, dentre eles Paes (2009), Bertonecelo (2010), Cruz (2017) e Di Méo (2014), embora se tratem de processos distintos: o primeiro passando a ser debatido institucionalmente no século XVIII e o segundo desenvolvendo-se como atividade econômica organizada a partir do século XIX.

Para Paes (2009, p. 164), a patrimonialização envolve: “[...] um conjunto de práticas sociais, desde as mais diversas formas de produção cultural, de saberes simbólicos e técnicos, até os inúmeros processos de institucionalização do patrimônio como tal, que permitem a preservação dos bens culturais”.

No que se refere à turistificação, Figueiredo (2008, p. 86) afirma que:

[...] notadamente um conceito novo, serve para demonstrar um relativo direcionamento de espaços, cidades, ou mesmo cadeias de produção à atividade turística. Esse direcionamento se dá a partir da mudança da conformação da paisagem e do ordenamento espacial, para que se adequem às novas atividades econômicas.

Fratucci (2008, p. 53) afirma que o “[...] processo de turistificação dos espaços [...] compreende tanto o processo de apropriação simbólica de trechos do espaço pelo turista [...], como o processo de dominação pelos agentes econômicos e pelos agentes de governo”.

Tanto a turistificação quanto a patrimonialização tomam por base os interesses de seus agentes, parte deles comum aos dois processos. Fundamentado em Knafou (1996), Fratucci (2008) aponta os turistas, o mercado e o Estado como agentes da turistificação do espaço, acrescentando a eles as comunidades das áreas receptoras. Para Canclini (1999), o setor privado, o Estado e os movimentos sociais são os agentes do processo de patrimonialização, fazendo-se necessário ressaltar que a relação entre eles envolve disputas econômicas, políticas e simbólicas na seleção do que será patrimonializado e preservado.

Desse modo, vale destacar que, embora estejam presentes diversos agentes nos processos de turistificação e de patrimonialização no modo de produção capitalista, a atuação do Estado e do mercado se dá de modo hegemônico, selecionando, por meio dos planejadores e das suas concepções do espaço (LEFEBVRE, 2013), o que deve ou não atrair turistas e/ou ser preservado.

Em geral, os estudiosos da relação entre patrimônio e turismo observam que o uso do patrimônio como atrativo turístico possibilita uma seletividade pelo mercado, do que

deve ser patrimonializado e valorizado. A exemplo disso, Bertonecello (2010) observa que, ao invés de atender os anseios da sociedade detentora dos bens, a seleção do que deve ser patrimonializado prioriza critérios e interesses das sociedades de origem dos turistas.

Referindo-se tanto à natureza quanto aos bens culturais, Di Méo (2014) ressalta que não há neutralidade na patrimonialização, pois ela tem por base a concepção de tempo ocidental, atuando como uma forma de neocolonialismo. Ele aponta ainda para a ideologia do desenvolvimento sustentável que envolve as questões do patrimônio. Essa pretensa sustentabilidade torna-se mais questionável quando os bens patrimonializados se tornam atrativos para o turismo de massa, pois, de acordo com Cruz (2017), o processo de mundialização se expressa na articulação entre o patrimônio cultural transformado em objeto de consumo e o turismo massificado.

Lobato (2019) observa que, no Pará, eventos como o Círio de Nazaré, em Belém; o Sairé, em Santarém; e a Festa de São Benedito, em Bragança, reúnem um número expressivo de pessoas, entre elas, os turistas que são atraídos pela cultura que se apresenta nesses lugares. Ela questiona a possibilidade do desenvolvimento de um turismo cultural sustentável e, com base em Costa (2017), identifica a necessidade do protagonismo da população na valoração do seu patrimônio.

Todavia, no capitalismo, a manutenção das festividades populares insere-se cada vez mais na lógica do mercado, buscando-se a aumentar a captação de investimentos a partir do oferecimento de retornos atraentes, de modo que os agentes da oferta mercadológica (CASTRO; TAVARES, 2016) passam a ter sua importância ampliada, exercendo uma hegemonia ao lado do Estado em diversos processos, dentre eles a turistificação e a patrimonialização. No caso do Círio, tratando-se de um evento religioso e popular, realizado em grande medida pela Igreja, esta torna-se também um agente hegemônico nesses processos, inclusive pela sua constante busca pelo controle da festividade.

Conforme Matos (2010), desde a década de 1980 instituições diversas, incluindo a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), têm apoiado festividades populares, que passam a atrair mais investimentos e mais espectadores, favorecendo o aumento do retorno financeiro para os investidores e o prestígio e reconhecimento para todos os agentes envolvidos. Desse modo, é importante salientar que os agentes hegemônicos da patrimonialização e da turistificação do Círio, para além de seus interesses econômicos, também buscam ampliar seu capital simbólico.

A criação do Museu do Círio em 1986, no subsolo da Basílica de Nazaré, pode ser considerada uma iniciativa do reconhecimento dessa festividade como bem patrimonial. No entanto, a implementação desse projeto deu-se com um convênio entre a Igreja e o governo estadual, este representado pelo seu órgão de turismo, indicando que, para além da preservação da memória do Círio, o museu deveria ser um novo atrativo turístico para a cidade, fato revelado por jornais da época. O jornal *Diário do Pará*, em publicação de 22 de junho de 1986, por exemplo, afirma que o pároco da Basílica acentuou a importância turística desse empreendimento, enquanto o presidente do órgão de turismo frisou que o espaço possibilitaria ao turista ter contato com o Círio o ano todo, uma vez que lá seria exibido, a qualquer tempo, um vídeo sobre a procissão (MUSEU..., 1986).

Em 2001, o Museu do Círio deixou de ser administrado pela Paratur e passou a fazer parte da estrutura da Secretaria de Estado de Cultura (Secult). Em 2002, ele foi transferido para o Complexo Feliz Lusitânia. Trata-se de um atrativo turístico de Belém, formado por uma

área requalificada no centro histórico, localizada no bairro da Cidade Velha, que reúne ainda outros museus administrados pela Secult (MORAIS, 2019).

Embora se observe o tombamento de elementos como a Basílica e a imagem original da santa pelo governo estadual, conforme publicação no Diário Oficial de 25 de março de 1992, a patrimonialização do Círio como festividade no âmbito do patrimônio imaterial só se deu mais tarde: em 2004, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), a partir da solicitação da Arquidiocese de Belém, Diretoria da Festividade de Nossa Senhora de Nazaré, Obras Sociais da Paróquia de Nazaré e Sindicato dos Arrumadores do Estado do Pará.

O registro pelo Iphan considerou a dimensão cultural da festividade, que se revela em elementos tidos como de caráter sagrado e profano, representando, segundo Henrique (2012), as influências de negros, brancos e índios na formação da identidade brasileira. Posteriormente, esse registro subsidiou a patrimonialização pela Unesco, em 2013.

Observa-se, porém, que a Igreja se posicionou contrariamente à inclusão de elementos considerados profanos, mais especificamente à Festa da Chiquita, no registro pelo Iphan, causando um constrangimento nesse processo, de acordo com Henrique (2012), de modo que os pesquisadores envolvidos na patrimonialização optaram por manter tal elemento por seu vínculo ao Círio.

Em 2015, a Câmara Municipal de Belém aprovou o projeto para a patrimonialização municipal da festividade e, diferentemente do entendimento do Iphan, a maioria dos elementos considerados profanos não foi reconhecida. Destaca-se o veto à Festa da Chiquita pelo prefeito, afirmando não considerá-la “[...] como elemento integrante das festividades religiosas, pois não faz parte da programação oficial do Círio” (BELÉM, 2015, p. 2).

Embora não haja a patrimonialização oficial da festividade pelo governo estadual, ressalta-se que o modo como ela foi registrada pelo Iphan influenciou a reformulação do acervo permanente do Museu do Círio: em 2009 passou a incorporar eventos não organizados pela Igreja, tais como a Festa da Chiquita e o Arraial do Círio, conforme informou o coordenador de pesquisas da instituição, Emanuel Fernandes Júnior, em entrevista a uma emissora televisiva (MUSEU..., 2019).

No que se refere às ações para a turistificação do Círio, observa-se a constante aproximação entre Estado e Igreja, destacando-se, conforme mencionado, a criação da Romaria Fluvial pelo governo estadual em 1986, por meio da Paratur. Tal romaria intensificou a relação dos agentes da oferta mercadológica do turismo com a festividade, uma vez que ela se tornou um produto oferecido por agências de turismo. Por sua vez, a Coordenadoria Municipal de Turismo (Belemtur) realiza, entre outros, a capacitação de voluntários para atuarem no projeto “Amigo do Turista”, recepcionando turistas que chegam para participar da festividade (SERRA, 2014).

Verificam-se ainda ações voltadas a aumentar a atratividade turística pela devoção nazarena em Belém, possibilitando que os visitantes tenham contato com elementos do Círio durante todo o ano. Serra (2014) afirma esse interesse da Igreja, a partir de entrevistas com representantes da Diretoria da Festa, mas também com as alterações realizadas por essa instituição no entorno da Basílica de Nazaré. A exemplo disso, tem-se a criação do Espaço Memória de Nazaré, em 2012, onde são expostos aos visitantes diversos elementos da festividade, diferenciando-se do Museu do Círio por restringir seu acervo aos aspectos tidos como mais devocionais desse evento.

Ações como as visitas guiadas pela Basílica e seu entorno, realizadas pela Pastoral do Turismo, indicam a busca pelo acolhimento de diversos públicos, incluindo turistas que chegam diariamente à Basílica, em grupos como excursões e caravanas (PASTORAL..., 2020). Ademais, Matos (2010) elenca diversos eventos organizados pela Diretoria da Festa com o objetivo de lançar produtos alusivos ao Círio ao longo do ano, a exemplo da antecipação do lançamento do cartaz do Círio, realizado no primeiro semestre, de forma pública e espetacularizada.

Assim, no âmbito do desenvolvimento do modo de produção capitalista, observa-se que ocorre a turistificação do Círio, estando ela associada à sua expansão temporal e territorial. Faz-se necessário atentar para o fato de que, se para Lefebvre (2013) a noção de produção revelou a necessidade de se produzir espaço para a reprodução do capitalismo, o atendimento a essa necessidade dá-se também com o uso de estratégias que envolvem a territorialidade.

A partir da compreensão das características e tendências da territorialidade apontadas por Sack (1986), propõe-se, a seguir, a reconhecê-las em porções do espaço relativas ao Círio, bem como exemplificar como a patrimonialização pode contribuir para a manutenção de territorialidades na disputa entre agentes envolvidos na realização da festividade, utilizando-se os percursos das procissões e as praças Santuário e da República como recorte para essa análise.

## **TERRITORIALIDADES NA TURISTIFICAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO DO CÍRIO**

Sack (1986) compreende a territorialidade como um uso sensato do espaço, dado que ela ocorre em diversos graus e contextos sociais, sendo possível, a partir da análise de sua função através da história, compreender a relação entre sociedade, espaço e tempo. Para o autor, “territorialidade em humanos é melhor entendida como uma estratégia espacial para afetar, influenciar e ou controlar fontes e pessoas, controlando área” (SACK, 1986, p. 01, tradução nossa), podendo ser ligada ou desligada de acordo com a necessidade. Porém, ele observa que, além da definição, faz-se necessário saber seus efeitos.

Para o referido autor, o uso do controle de área dá-se quando ela se apresenta vantajosa como estratégia, havendo três características da territorialidade comuns a todas as sociedades: a classificação por área, a facilidade para comunicação de limites e o reforço do controle do acesso. Ele explica que a classificação de pessoas, coisas ou relações por área ocorre quando ela exige menos esforço que a classificação por tipo. Por exemplo, para um conjunto de objetos com características diversificadas o suficiente para tornar complexa uma classificação que indique a quem ele pertence, a delimitação de sua localização pode ser usada com esse objetivo. A indicação da posse, por sua vez, necessita ser comunicada, o que se dá com facilidade no estabelecimento de fronteiras, mesmo que simbólicas. Tal delimitação contribui ainda para o controle do acesso, ou seja, da entrada e saída do que faz parte da área demarcada.

As três características da territorialidade podem gerar efeitos que, segundo Sack (1986), ocorrem em contextos históricos mais específicos: o reavivamento do poder, o território aparentemente como controlador, a constituição de relações impessoais, a limpeza do espaço, a territorialidade como molde, a ideia de espaço esvaziável e a criação de mais territorialidades.

O referido autor afirma que o poder apresenta-se como algo intangível, mas a territorialidade o reaviva, no sentido de torná-lo mais visível, ou seja, o território possibilita a reificação da autoridade. Porém, ele também pode transferir para si próprio a visibilidade do seu agente controlador, de modo que o indivíduo socializado supõe que seu comportamento é controlado pelo próprio território e não por outro indivíduo ou grupo de indivíduos.

Relações de impessoalidade passam a ser estabelecidas quando os indivíduos são classificados como pertencentes a uma determinada porção do espaço, pois assim eles são reconhecidos não por suas características pessoais, mas pelo território ao qual estão vinculados.

Considerando que todas as coisas precisam de espaço para existirem, a territorialidade pode ser usada para a limpeza do espaço, retirando coisas nele presentes para a colocação de outras, o que se dá “[...] somente quando existem certos tipos de competição por coisas (no espaço)” (SACK, 1983, p. 59, tradução nossa).

A territorialidade atua ainda como um “molde para as propriedades espaciais dos eventos” (SACK, 1983, p. 59, tradução nossa), de modo que ela influencia as atividades que poderão ocorrer dentro de suas fronteiras. Ademais, concordando com o referido autor, Soares Junior e Santos (2018) observam que se a territorialidade se torna uma moldura, onde é possível alocar e realocar coisas e eventos, ela contribui para a concepção do território como um lugar esvaziável a ser preenchido, ressaltando-se, porém, que a noção de vazio se refere à ausência do que possui valor econômico ou social ou do que pode ser controlável.

A última tendência refere-se à possibilidade da territorialidade criar mais territorialidades, uma vez que “[...] quando há mais eventos que territórios ou quando os eventos se estendem por áreas maiores que os territórios, novos territórios são gerados para estes eventos” (SACK, 1983, p. 59, tradução nossa).

Iniciando as análises para o reconhecimento de territorialidades no Círio a partir das características e tendências apontadas por Sack (1986), ressalta-se que a expansão territorial dessa festividade, conforme Serra (2014), está associada ao seu processo de turistificação, marcada pela criação da Romaria Fluvial, conforme abordado anteriormente, que possibilitou a criação de novas romarias que se estenderam para além do município de Belém. Desse modo, o Círio, enquanto conjunto de procissões que até 1985 se concentravam em bairros centrais de Belém, estendeu-se por áreas maiores que seu território, criando-se novos territórios para ele.

No que se refere à procissão principal, Alves (1980) já se referia, em sua pesquisa realizada na década de 1970, a um núcleo estruturado, no centro da procissão, onde se localizavam autoridades religiosas, civis, militares e convidados. Atualmente, essa área é chamada de “Núcleo da Berlinda” e o acesso a ela, segundo Serra (2014), passou a ser dado apenas a membros do clero, o que continua ocorrendo, conforme observações em campo no Círio de 2019. Desse modo, a classificação de quem pode fazer parte daquela porção do espaço tem se dado por tipo, mas, pela sua dimensão, nem todos os membros do clero podem acessá-lo. Ademais, como território, o referido núcleo apresenta a facilidade para a comunicação de limites e o reforço do controle do acesso, com sua fronteira demarcada pela Guarda de Nazaré, uniformizada de azul (Figura 2). Deve-se destacar ainda que o poder da Igreja sobre o Círio se torna mais visível quando apenas membros do clero acompanham a procissão, próximos à imagem da santa.

Figura 2 – Núcleo da Berlinda



Fonte: <<https://agenciapara.com.br/noticia/15696/>>. Acesso em: 15 jul. 2020.

A Praça Santuário, como recorte dessa pesquisa, apresenta algumas das tendências apontadas por Sack (1986). A começar pelas suas transformações na década de 1980, vinculadas à sua concepção como lugar esvaziável, especialmente porque as atividades que lá se realizavam não estavam sob o total controle da Igreja. Conforme Matos (2010), até 1981 esse lugar era estruturado como praça pública, onde ocorria o arraial no período do Círio. Todavia, com a implantação das obras do CAN, ocorreu uma limpeza das práticas para os quais aquele território estava moldado, de modo que, ao se tornar oficialmente uma praça vinculada às práticas católicas, o espaço passou a ser preenchido apenas por atividades que, segundo Serra (2014), não contrariem os critérios estabelecidos pela Igreja.

Matos (2010, p. 234) observa que as alterações na referida praça foram feitas para torná-la um prolongamento da Basílica, destruindo-se seus equipamentos urbanísticos e paisagísticos, “[...] como que para apagar da memória coletiva as práticas consideradas profanas, tão combatidas pela igreja ao longo da história [...]”, possibilitando-se assim influenciar o comportamento de seus frequentadores.

A Praça da República, por sua vez, apresenta territorialidades das quais se pode destacar a área cercada da Festa da Chiquita (PEREIRA, 2019) e a das arquibancadas, para as quais o acesso se dá mediante o pagamento de ingressos. Isso cria relações de impessoalidade, uma vez que o ingresso possibilita a comprovação de que, dentre as pessoas que se localizam na praça, parte delas pode fazer parte de um território específico. Ademais, sendo áreas demarcadas, há a facilidade para comunicação de limites e o reforço do controle do acesso. Vale destacar, em relação às arquibancadas, que parte dos ingressos é repassada pela Diretoria da Festa para as agências de turismo, que os disponibilizam aos turistas na venda de seus pacotes, ampliando seus lucros. Em relação à área cercada na Festa da Chiquita, conforme observações em campo, ela não impede a visualização do palco onde ocorrem as apresentações, o que a torna um evento aberto ao público.

Ao se referir à tendência de limpeza do espaço, Sack (1986) reflete que ela pode ser conceitual ou real, ocorrendo quando há a competição de coisas e relações no espaço. Ele observa que, em territórios onde a inter-relação entre eles e as atividades neles realizadas se torna mais complexa, ocorre a dificuldade de identificar as razões para o controle de atividades via territorialização, o que faz a territorialidade aparecer como neutra e necessária. Todavia, essa neutralidade é apenas aparente. Tal tendência pode ser observada na Praça da República, no que se refere às tentativas de deslocar a Festa da Chiquita para outros espaços, conforme apontam matérias publicadas em 2014 (DIRETORIA..., 2014), indicando esse interesse pela Diretoria da Festa, o que causou a revolta dos organizadores do evento.

A polêmica decorrente da possibilidade da transferência da Festa da Chiquita para lugares como o Portal da Amazônia, desconectado das duas maiores procissões do Círio, gerou protestos de organizadores e apoiadores do evento, onde se destacava o fato dela ser patrimonializada pelo Iphan (FESTA..., 2014), revelando-se assim a possibilidade da patrimonialização contribuir para a manutenção de territorialidades ligadas a agentes não hegemônicos.

Finalmente, ressalta-se que a expansão do Círio, criando novas territorialidades; a instalação de estruturas para a espetacularização das procissões cujo controle do acesso se dá pela aquisição de ingressos, como as arquibancadas na Praça da República; e a ampliação territorial sob o controle da Igreja no entorno da Basílica, incluindo-se a Praça Santuário, atendem aos interesses dos agentes hegemônicos no processo de turistificação do espaço do Círio. Tais ações possibilitam à Igreja ampliar o seu controle sobre a festividade e torná-la mais atrativa para a conquista de mais fiéis; ao Estado, em suas políticas de turismo, gerar mais fluxos de turistas e, por conseguinte, reforçar o discurso da geração de trabalho e renda; e aos agentes da oferta mercadológica ampliarem seus lucros ao apoiarem a Igreja na realização da festividade.

A patrimonialização também contribui com os referidos interesses como um elemento a mais para a divulgação do Círio, reforçando sua importância nacional e mundial, embora, potencialmente, possa contribuir para a manutenção de territorialidades de agentes não hegemônicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Círio de Nazaré em Belém é realizado há mais de 220 anos e sua história revela diversas alterações, em parte, ocasionadas por conflitos entre os agentes envolvidos em sua organização e os demais fiéis. Entretanto, suas transformações se intensificaram com o desenvolvimento do modo de produção capitalista, no qual as manifestações culturais, de modo geral, buscam se manter através de sua espetacularização, incluindo-se aquelas realizadas por motivações religiosas. Nesse processo, a turistificação do Círio contribuiu para a sua expansão no tempo e no espaço, atendendo aos interesses de seus agentes hegemônicos: o Estado, os agentes da oferta mercadológica e a Igreja, que historicamente busca ampliar seu controle sobre a festividade.

A patrimonialização relaciona-se à turistificação na medida em que ela aumenta a atratividade dos bens tombados ou registrados. Todavia, ela é menos vinculada, em seu discurso, aos efeitos econômicos quando comparada à atividade turística, tendo inclusive o Estado como agente que se sobressai aos demais, dado que é ele que oficializa os registros e tombamentos. Nesse sentido, na análise sobre o Círio, observou-se que as decisões tomadas quanto ao registro de elementos envolveu o conflito entre o que se considera sagrado ou profano na

festividade, de modo que as decisões do Estado, em nível federal, foram de encontro aos interesses da Igreja, ao contrário do ocorrido na esfera municipal.

A turistificação e a patrimonialização relacionam-se, em algumas situações, à territorialidade, como estratégia que envolve o controle de área, e ao uso dessas estratégias para o atendimento de interesses dos agentes desses processos, sobretudo os hegemônicos. Essa relação foi observada no presente artigo a partir de análises sobre alguns espaços públicos utilizados para a realização de programações do Círio, considerando as características e os efeitos da territorialidade abordados por Sack (1986). Desse modo, o controle de área tem sido vantajoso para a Igreja, o Estado e os agentes da oferta mercadológica quando eles agem em conjunto na expansão da festividade, temporal e espacialmente, atraindo um crescente número de turistas. Porém, é necessário ressaltar que, na disputa de coisas e relações no espaço (SACK, 1986), a patrimonialização se apresenta potencialmente importante para a manutenção de territorialidades de agentes não hegemônicos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, I. *O Carnaval Devoto: um estudo sobre a festa de Nazaré em Belém*. Petrópolis, 1980.

BELÉM. Lei nº 9.126, de 15 de junho de 2015. Reconhece como patrimônio cultural da cidade de Belém a procissão do “Círio de Nossa Senhora de Nazaré” e dá outras providências. *Diário Oficial do Município de Belém*, Belém, PA, n. 12.827, 15 jun. 2015. Caderno 2, p. 2.

BRITO, A. E. M. C., GOMES, D. L. A Festa da Chiquita: espaço sagrado e profano na festa do Círio de Nazaré - Belém - PA. *Revista de Geografia*, Recife, v. 33, n. 1, p. 208-227, 2016.

CASTRO, C. A. T., TAVARES, M. G. C. A patrimonialização como processo de produção social do espaço urbano: aspectos teóricos. *Sociedade e Território*, Natal, v. 28, n. 2, p. 117-135, jun - dez. 2016.

CRUZ, R. de C. A. da. Prefácio. In: PAES, M. T. D., SOTRATTI, A. *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural: Identidades, Usos e Ideologias*. São Paulo: Annablume, 2017.

DI MÉO, G. Processos de patrimonialização e construção de territórios. *Geosaberes*, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 3-23, dez. 2014.

DIRETORIA confirma sugestão para mudar a Chiquita. *DOL*, Belém, 21 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-298455-diretoria-confirma-sugestao-para-mudar-a-chiquita.html#!>>. Acesso em 12 jul 2020.

DUBOIS, F. *A devoção à Virgem de Nazaré, em Belém do Pará*. Belém: Imprensa Oficial, 1953.

FESTA da Chiquita continuará na praça. *DOL*, Belém, 23 ago. 2014. Disponível em: <<https://www.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-298653-festa-da-chiquita-continuara-na-praca.html>>. Acesso em 12 jul 2020.

FIGUEIREDO, S. L. Espaços de cultura nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *Turismo, lazer e planejamento urbano e regional*. Belém: NAEA, 2008. p. 79-92.

FRATUCCI, A. C. *A Dimensão Espacial nas Políticas Públicas Brasileiras de Turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo*. 2008. 308 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.

HENRIQUE, M. C. Círio de Nazaré: entre a fé e o espetáculo. In: FREITAS, R. F. et al (Org.). *Megaeventos, Comunicação e Cidade*. Curitiba: CRV, 2016. p. 289-318.

HENRIQUE, M. C. Do ponto de vista do pesquisador: o processo de registro do Círio de Nazaré como patrimônio cultural brasileiro. *Amazônica - Revista de Antropologia*, Belém, v. 3, n. 2. p. 324-346, mar. 2012.

IPHAN. *Círio de Nazaré: Dossiê Iphan I. 1*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.

LEFEBVRE, H. *La Producción del Espacio*. Madrid: Capitan Swing, 2013.

LOBATO, A. S. Patrimônio, turismo e produção do espaço: apontamentos sobre a Festa de São Benedito em Bragança, Pará, Brasil. *Papers do NAEA*, Belém, v. 28, n. 2, p. 282-298, mai-ago. 2019.

MONTARROYOS, H. *Festas profanas alegrias ruidosas*. Belém: Falângola, 1992.

MORAIS, A. Há 33 anos museu preserva histórias do Círio em Belém. *Oliberal.com*, Belém, 13 out. 2019. Disponível em: <<https://www.oliberal.com/cirio/ha-33-anos-museu-preserva-historias-do-cirio-1.202600>>. Acesso em 01 junho 2020.

MUSEU do Círio: história e devoção popular em 1.600 peças. *SBT Pará*, Belém, 10 set. 2019. Disponível em: <<http://museus.cultura.gov.br/espaco/203472/>>. Acesso em: 05 jun. 2020.

MUSEU do Círio para turista ver. *Diário do Pará*, Belém, 22 jun. 1986.

PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R., BURSZTYN, I., SANSOLO, D. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 162-176.

PANTOJA, V. Geopolítica do sagrado: o Círio de Nazaré em Belém e suas definições, um campo de conflitos. *Novos Cadernos NAEA*, Belém, v. 21, n. 2, p. 115-128, mai-ago. 2018. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4921>>. Acesso em: 03 fev. 2019.

PANTOJA, V. *Negócios Sagrados: reciprocidade e mercado no Círio de Nazaré*. 2006. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal do Pará. Belém, 2006.

PASTORAL do Turismo promove novas experiências durante visita guiada pelo Complexo de Nazaré. *Basílica Santuário de Nazaré*, Belém, 13 fev. 2020. Disponível em: <<https://basilicadenazare.com.br/site/index.php/2020/02/13/pastoral-do-turismo-promove-novas-experiencias-durante-visita-guiada-pelo-complexo-de-nazare/>>. Acesso em: 01 jul. 2020.

PEREIRA, F. Festa da Chiquita: o baile gay e trans no meio da maior procissão do Brasil. *UOL*, São Paulo, 13 out. 2019. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2019/10/13/festa-da-chiquita-o-baile-gays-e-trans-no-meio-da-maior-procissao-do-pais.htm>>. Acesso em: 12 dez. 2019.

ROCHA, E. Mais nova procissão do Círio terá imagem peregrina sem manto. *Oliberal.com*, Belém, 14 jan. 2020. Disponível em: <[oliberal.com/para/mais-nova-procissao-do-cirio-tera-imagem-peregrina-sem-manto1.229609#:~:text=Na%20quartafeira%20que%20antecederá,a%20procissão%20mas%20sem%20manto](https://oliberal.com/para/mais-nova-procissao-do-cirio-tera-imagem-peregrina-sem-manto1.229609#:~:text=Na%20quartafeira%20que%20antecederá,a%20procissão%20mas%20sem%20manto)>. Acesso em: 10 jul. 2020.

SACK, R. D. Human territoriality: a theory. *Annals of the Association of American Geographers*. v. 73, n. 1, p. 55-74, mar. 1983.

SACK, R. D. *Human territoriality: its theory and history*. Cambridge: Cambridge University Press, 1986. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/doc/122069571/Sack-Robert-David-Territorialidade-Humana-sua-teoria-e-historia>>. Acesso em: 07 fev. 2019.

SERRA, D. R. O. *O processo de turistificação do espaço em santuários e eventos católicos: uma análise sobre o Círio de Nazaré em Belém-PA*. 2014. 185 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SOARES JR, A. Q., SANTOS, M. A. A territorialidade e o território na obra de Robert David Sack. *Geografia*, Londrina, v. 27, n. 1, p. 7-25, abr. 2018.